



O cogito moderno: Dois modos de concepção do *eu penso*

Jessica Kellen Rodrigues¹
jessicakkr@hotmail.com

Resumo: O estabelecimento da subjetividade nos moldes cartesianos, através da formulação do *eu penso*, tem sido tema de constantes debates desde sua primeira formulação e foi, por diversas vezes, (re)interpretado. Nesse contexto, o interesse frequente pela subjetividade traz como resultado, porém, usos da proposição *eu penso* com sentido distinto daquele usado por Descartes. Um exemplo desse deslocamento de sentido foi proposto por Kant na *Crítica da razão pura* (CRP), quando sustenta que “o *eu penso* deve poder acompanhar todas as minhas representações”. Em contrapartida, nas *Meditações*, Descartes afirma: “Eu sou, eu existo: isto é certo, mas por quanto tempo? Durante todo o tempo em que eu penso”. Dadas essas duas formulações básicas do *eu penso*, este trabalho tentará apresentar algumas notas, sobre essas proposições. Para tanto, pretende-se contrastar a formulação kantiana do parágrafo 16 da dedução transcendental da CRP e a cartesiana presente na segunda meditação das *Meditações Metafísicas*, buscando retomar o cenário em que ambas as formulações aparecem para compreender as similitudes e discordâncias que as permeiam.

Palavras-chave: *Cogito*; apercepção; *eu penso*; Descartes; Kant.

Abstract: Subjectivity in the thought of Descartes has its classical formulation as *Ego Cogito*. This formulation has suffered debates and reinterpretations. It should be noted that interest in subjectivity goes beyond the Cartesian model. Kant, for example, presents a new direction for subjectivity, in Critique of Pure Reason, when he writes: “the ‘I think’ should be able to accompany all my representations”. In contrast, in Meditations, Descartes says: “I am, I exist: that’s right, but for how long? During the time I think”. From these two different conceptions of *I think*, this article will attempt to present some observations on them. To that end, we intend to compare the Kantian formulation, in paragraph 16 of the transcendental deduction of Critique of Pure Reason, and the Cartesian formulation, this in the second meditation of *Méditations Métaphysiqyes*, seeking to return the scenario in which both formulations appear for understand the similarities and disagreements that permeate them.

Keywords: *Cogito*; apperception; *I think*; Descartes; Kant.

O presente artigo prevê a apresentação de algumas notas sobre a proposição *eu penso*, em dois momentos da história da filosofia, precisamente, na formulação da segunda meditação das *Meditações metafísicas*, de Descartes, e no parágrafo 16 da *Crítica da razão pura*, de Kant. O objetivo é apresentar considerações sobre essas formulações, sobretudo, na tentativa de ressaltarmos as diferenças entre as concepções do *eu penso* nesses dois filósofos, tendo em vista alguns motivos pelos quais a interpretação da formulação cartesiana depende da noção de uma

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

intuição intelectual, e, na direção contrária, os motivos básicos pelos quais a formulação kantiana evita inteiramente esta última noção.

O *eu penso* cartesiano é apresentado no início da segunda meditação (DESCARTES, 1973, p. 100). Talvez possamos dizer que o objeto principal dessa meditação é a compreensão do que pode representar essa proposição no interior do movimento argumentativo das *Meditações Metafísicas*. É bem provável que o *eu penso* seja o ponto central tanto da ontologia cartesiana, quanto de sua análise do conhecimento, e isso por uma razão básica. Considerando o caráter fundacionista da filosofia cartesiana, veremos que o *eu penso* é fundamento da epistemologia cartesiana, na medida em que ao afugentar qualquer motivo razoável de dúvida se constitui como paradigma para a avaliação da pretensão de legitimidade epistêmica das demais verdades. E, em contrapartida, considerando a ontologia cartesiana, temos no *eu penso* a confirmação da possibilidade objetiva de um conhecimento certo e indubitável dado pela essência da existência, que se faz objeto quando nos reconhecemos como substância pensante. Em outras palavras, é ao fazer de sua existência objeto de conhecimento que o sujeito se conhece como pensamento, como *res cogitans*. Vejamos os passos argumentativos que antecedem sua formulação a fim de podermos propor, então, sua interpretação em vinculação com a noção de intuição intelectual.

Um dos problemas dos quais Descartes parte refere-se à multiplicidade de opiniões presentes nas ciências, e o sintoma disso seriam as inúmeras controvérsias que derivam dessas opiniões; daí, inclusive, a atitude cética de se pensar na impossibilidade da verdade ou de seu conhecimento. É na tentativa de superar essas dificuldades que Descartes inicia a primeira meditação. O que o autor propõe é que toda opinião adquirida até então seja colocada a teste, e todo aquele conhecimento que seja minimamente duvidoso seja suspenso, visando com esse processo um conhecimento seguro e indubitável que possa garantir a possibilidade de um conhecimento certo, que seja o fundamento – o ponto de partida – de todo conhecimento.

Esquemáticamente, podemos dizer que os passos da primeira meditação consistem no seguinte: (i) apresentar a dúvida metódica como critério para mostrar a instabilidade das fontes de conhecimento que se apresentam para o autor, e a fragilidade das opiniões que devem ser abandonados; (ii) colocar em exercício os primeiros graus da dúvida natural, a partir daquela dos sentidos, que coloca em suspenso os conhecimentos adquiridos mais imediatamente, até o argumento do sonho, que impossibilita a distinção entre o sono e a vigília, mostrando a fragilidade do conhecimento advindo do sensível; (iii) apresentar a dúvida metafísica em que o autor apresenta a hipótese do gênio maligno como exemplo de dúvida radical que impede a possibilidade de uma pretensão legítima de conhecimento.

Diante dos resultados da primeira meditação, Descartes inicia a segunda a partir da impossibilidade do conhecimento, afirmada justamente mediante a hipótese do gênio maligno que poderia nos enganar sempre, mesmo quando alcançamos verdades logicamente coerentes, como no caso das verdades matemáticas. Assim, a coerência das matemáticas poderia, por exemplo, parecer verdadeira para nós, isto é, poderia apresentar-se logicamente como verdadeira, e não contraditória para nosso intelecto. No entanto, nada impediria, segundo a hipótese do gênio, que estivéssemos enganados e, desse modo, de fato essas razões logicamente coerentes para nós não possuiriam qualquer realidade objetiva. Entretanto, a consideração aprofundada dessa mesma hipótese leva Descartes à primeira certeza indubitável, pois, para que esse gênio nos engane, devemos necessariamente existir para que possamos ser enganados. Teremos aqui a descoberta do *cogito*. A *minha existência* é uma verdade incontestável enquanto ser pensante, como expressa Descartes na seguinte passagem:

Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. [...] eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que enuncio ou que a concebo em meu espírito (DESCARTES, 1973, p. 100).

A primeira verdade está dada, porém, ainda é necessário buscar uma definição desta, isto é, é necessário saber qual a essência dessa nossa existência descoberta. De certo, a essência não pode ser o corpo, dado que o corpo – a *res extensa* – só poderia ser conhecido por meio dos sentidos, o que foi colocado em questão, desde o primeiro passo argumentativo da primeira meditação com o argumento do erro dos sentidos.

O caminho para chegar à essência dessa existência é o mesmo, qual seja, analisar cuidadosamente as ideias até que se encontre uma que, clara e distintamente, ajude a compreender essa existência. Esse caminho leva Descartes ao pensamento, pois, todo esse processo só é possível (inclusive o exercício da dúvida) pelo pensamento. O pensamento se torna a garantia da existência, como afirma Descartes:

Eu sou, eu existo: isso é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo tempo em que eu penso [...] nada sou, pois, falando precisamente, senão, uma coisa que pensa, isto é, um espírito, um entendimento ou uma razão (DESCARTES, 1973, p. 100).

A partir dessa passagem podemos destacar alguns aspectos importantes do *cogito*.

O primeiro é o fato de que, para Descartes, esse *eu penso* é uma *res cogitans*, uma coisa pensante e, sobre esse *eu penso* algumas questões devem ser pontuadas, a saber: o *cogito* é uma substância imaterial, que existe independente do corpo, isto é, trata-se de uma substância, uma *res*, porque o pensamento é uma ação verdadeiramente existente, sem a qual a dúvida não seria possível; e trata-se de uma substância imaterial, pois não depende do corpo para a sua existência e para sua ação essencial que é o pensamento. Para alcançar tal conclusão, Descartes nos mostra que o conhecimento derivado dos sentidos não é indubitável e, portanto, não deve ser o fundamento absoluto para o conhecimento, mas, que o instrumento usado para tal constatação (a dúvida) é um exercício que não necessita do corpo, somente da ação de pensar que existe enquanto ato do pensamento e que independe do corpo. O autor encontra a natureza imaterial, porém, verdadeiramente existente do pensamento, sem a qual a própria dúvida seria impossível.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é o estatuto de certeza dado a essa substância. Essa substância é um dos pontos centrais da exposição sobre a proposição *eu penso* em Descartes, pois tal proposição faz referência a uma substância verdadeira e realmente existente, enquanto proposição indubitável e autoevidente (pois, conhece a si mesmo em um ato de autoconhecimento imediato), a qual não depende de qualquer outra verdade para ser tomada como verdadeira. Em outros termos, trata-se de um princípio primeiro do conhecimento.

Essas características respondem àquilo que Descartes chama de *intuição*. Podemos confirmar isso ao analisar as considerações feitas por Descartes sobre o que deve ser entendido por intuição:

Por intuição entendo, não a convicção flutuante fornecida pelos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação de composições inadequadas, mas o conceito da mente pura e atenta tão fácil e distinto que nenhuma dúvida nos fica acerca do que compreendemos; ou então, o que é a mesma coisa, o conceito da mente pura e atenta sem dúvida possível, que nasce apenas da luz da razão e que, por ser mais simples, é ainda mais certo do que a dedução (DESCARTES, 1985, p. 7).

A definição de intuição que Descartes nos oferece, passa por duas caracterizações; primeira sobre o que não é e, posteriormente sobre aquilo que é uma intuição. Sobre o que não é uma intuição, Descartes diz não ser a imaginação e o sentido, pois se tratam de faculdades que oferecem conhecimentos que não carregam as características necessárias para a certeza. São faculdades que, por vezes, oferecem conhecimentos incertos e confusos por estarem ligados a coisas corpóreas que como sabemos, em Descartes, são enganosas e/ou tratam-se de composições inadequadas da imaginação, como diz a citação. Contudo, a parte que nos interessa mais afirma que a intuição é o conceito da mente pura e atenta, conceito este tão fácil, distinto e simples que o mínimo motivo (razoável) de dúvida se torna impossível. A intuição é o conceito maximamente distinto (fácil e simples), é ato de intuirmos imediatamente algo em nosso intelecto, ou de algo ser imediatamente intuído por nosso intelecto. Aqui se explica a concepção cartesiana de não podermos atribuir à intuição qualquer coisa procedente da sensibilidade e da imaginação e, como nota Descartes, nem dos raciocínios mediados, isto é, das deduções. Isso porque todos supracitados são, de um modo ou de outro, um tipo de mediação que aponta uma complexidade do objeto que atua. Sendo a intuição um ato sobre objeto simples, qualquer mediação já fere a noção de imediato necessário para a intuição. Descartes completa mais adiante que todo o conhecimento deve se dar através da intuição, ou através de uma inferência dada através de intuição. Portanto, ainda nesta regra, Descartes pode afirmar que todo princípio é intuído e que, somente depois de uma intuição podemos ascender aos demais conhecimentos de maneira certa.

Caracterizada a intuição, podemos pensar no que consiste a proposição *eu penso*. Essa proposição, como dito anteriormente, consiste numa verdade autoevidente, pois é no exercício do pensamento que o sujeito se reconhece como sujeito pensante. Essa identidade entre ato do entendimento e conteúdo representado, ao qual tal ato do entendimento se refere, proporciona ao meditador o conhecimento intuitivo – imediato e indubitável – de sua natureza como sujeito do próprio exercício de pensar. Nada mais é necessário para constatar a verdade da proposição *eu penso* do que o próprio exercício de pensar. Nesse sentido, a interpretação da proposição cartesiana que expressa o *cogito* só pode ser entendida a partir da compreensão, própria a Descartes, da intuição intelectual. Vejamos agora uma possível compreensão da proposição *eu penso* nos moldes kantianos.

O projeto crítico visa, entre outras coisas, instaurar a possibilidade de juízos sintéticos *a priori*, isto é, instaurar a possibilidade de um conhecimento *a priori* que não se limite à análise de conceitos, mas que possa também estender-se à síntese (universal e necessária) dos dados sensíveis. A proposta kantiana, então, é mostrar a possibilidade de juízos que aproveitem a universalidade garantida pelos juízos analíticos, porém, sem abrir mão dos conteúdos oferecidos pela intuição sensível.

Dentre as diversas questões envolvidas nessa complexa empreitada, podemos destacar o fato de que os juízos sintéticos *a priori* devem, de algum modo, poder ser referidos a um sujeito, sendo esse sujeito o centro de síntese das representações todas. Neste sentido, vejamos a passagem do parágrafo 16, em que Kant expressa essa necessidade, através da definição do *eu penso*.

O eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações; pois, do contrário, seria representado em mim algo que não poderia de modo algum ser pensado, o que equivale a dizer que representação seria impossível, ou pelo menos para mim, não seria nada (KANT, 1994, p. 129).

O *eu penso* tem a função de unificar a multiplicidade das representações para, então, torná-la pensável por parte do sujeito que formula juízos sintéticos *a priori*, e transformá-la numa experiência coerente e organizada. Em outros termos, os dados recebidos pela sensibilidade, para

Kant, só se apresentam como um simples múltiplo e, dessa forma, necessitam de uma unificação, de uma síntese que os tornem, propriamente falando, objetos para um conhecimento. De todo modo, a passagem acima indica que a condição última dessa síntese é que esses dados sejam algo para si mesmo, por isso o *eu penso* deve poder acompanhar todas as minhas representações, de modo que a apercepção transcendental, a consciência que tenho de mim mesmo tendo representações, é a condição última da síntese e, portanto, de um possível conhecimento universal e necessário. Mas o que pode significar, no interior da filosofia kantiana, esse *eu penso*? Longuenesse (2008), propõe algumas considerações acerca desse debate e, no que diz respeito à passagem acima, propõe que o *eu penso* kantiano difere do cartesiano, não de modo incompatível, mas tratando de promover um passo além do que pretende Descartes. E, segundo a autora, o que de fato pretende Kant com o *eu penso* é mostrar que uma representação só é própria se se puder atribuí-la a si mesmo, e isso se faz por meio de conceitos. Nesse sentido, a partícula *eu* consistiria na síntese última do processo de conhecimento. O *eu penso*, não indicaria uma retomada do pensamento ao próprio pensante, mas um processo de sintetização e comparação.

Por exemplo, se eu digo: “Olha, isso é uma torre!” e alguém responder: “Você tem certeza?”, eu respondo: “Sim, eu penso que é uma torre”. O “Eu penso” exprime precisamente o fato de reconhecer a representação da torre como minha. Mas a expressão “eu penso” aqui, não indica um retorno da atenção para mim mesmo como o autor do pensamento “isto é uma torre”. Ao contrário, “Eu penso que é uma torre” resume um processo implícito de combinação e comparação do presente objeto de meu estado perceptual (LONGUENESSE, 2008, p. 10).

No “eu penso deve ser capaz de acompanhar todas as minhas representações”, o que Kant quer dizer, para a autora, é que para ser própria uma representação deve ser incluída em um processo de combinação e comparação, no qual o objeto da representação é reconhecível sob um conceito ou pensamento.

Segundo Longuenesse, ainda é importante ressaltar que a preocupação de Kant no texto com o *eu penso* é parte de uma resposta ao ceticismo de Hume e à ideia de conexão necessária. Isto é, quando Kant afirma que uma representação é própria se somente puder ser acompanhada pelo *eu penso*, não significa passar da afirmação do pensamento para a afirmação da própria existência, mas sim, passar da afirmação *eu penso* para a afirmação de que as próprias representações são englobadas em um único e mesmo ato de combinar e compará-las determinado de acordo com alguns conceitos fundamentais do entendimento, como o conceito de conexão causal.

Outro ponto ressaltado por Longuenesse é o fato de que, na dedução, o “eu” do *eu penso* serve para expressar a identidade numérica do sujeito que pensa sobre vários objetos das experiências da percepção, e isso garante a consistência de seus pensamentos sobre esses objetos. Ou seja, antes de uma substância real, e então percebida pelo sujeito que conhece, o *eu* constitui um número que representa a síntese dos objetos conhecido pelo sujeito.

De uma maneira esquemática e simplificadora, podemos dizer que o processo pelo qual tal síntese seria, aproximadamente, o seguinte: pela intuição recebemos os dados da multiplicidade sensível; as categorias do entendimento organizam esses dados que, então, são unificados ao serem subsumidos a conceitos; tais conceitos são ligados em juízos, cuja ulterior relação constitui o conjunto de representações que podemos chamar de experiência. As representações, todavia, conseguem dar-se como algo coerente e organizado só enquanto referidas a nós mesmos, como consciência que sempre os acompanha, tornando-as nossa experiência.

O *eu penso*, portanto, corresponde à função lógica de síntese do entendimento. Ao mesmo tempo, o *eu penso* é representação deste ato *exclusivo* do entendimento. Neste sentido, podemos entender a leitura pela qual Landim descreve o *eu penso* kantiano:

[...] o eu penso não é um conceito “mas é o veículo de todos os conceitos”, é uma “mera consciência que acompanha todos os conceitos”, contém a forma de todo juízo do entendimento em geral e acompanha todas as categorias como o seu veículo (LANDIM FILHO, 2009, p. 283).

A partir da distinção kantiana entre *sujeito lógico* e *sujeito real*, Landim comenta que o *eu penso*, enquanto *sujeito lógico*, “designa a função de unidade pressuposta em todo ato do entendimento. O eu do juízo eu penso poderia, então, designar o que designa a expressão ‘sujeito lógico’, isto é, a condição de unidade dos atos do pensamento” (LANDIM FILHO, 2009, p. 283). Ora, o *eu penso* representa uma função lógica do entendimento, uma condição para que o múltiplo da sensibilidade seja unificado. O *eu penso*, neste sentido, apresenta-se como uma operação do pensamento, o modo do pensar que possibilita a síntese do múltiplo das representações para, então, o conhecimento ser constituído como experiência organizada e coerente. É nestes moldes que podemos considerar a proposição *eu penso* em Kant.

Diante dessas considerações sobre a proposição *eu penso* em Kant, podemos contrapor as duas formulações – a cartesiana e a kantiana –, em vista de seu esclarecimento mútuo, ainda que por contraste. Podemos arriscar uma hipótese: o fato de ambas configurarem-se em um princípio necessário para o processo de conhecimento. Isto é, para Descartes, o *eu penso* apresenta-se como um princípio, na medida em que é a primeira verdade indubitável, da qual toda cadeia do conhecimento deriva. Em Kant, por sua vez, o *eu penso* configura-se em um princípio para o processo de conhecimento, pois apercepção é o que permite que o *eu* possa representar e, então, conhecer. Apesar de tais similitudes, as discordâncias são de maior relevância para ambos os projetos filosóficos, o kantiano e o cartesiano.

Entre várias diferenças dessas formulações, como antecipado, limitamos a ressaltar uma: a proposição cartesiana *eu penso* faz referência a uma *res cogitans*, a uma substância que se torna cognoscível – e é conhecida – como realmente existente, no mesmo instante em que ela mesma orienta a atenção para si mesma enquanto pensamento. Ao passo que a proposição kantiana indica uma função do entendimento, o qual, contudo, não chega a se conhecer de modo determinado, isto é, como qualquer outro objeto de experiência.

Sumariamente, o que temos em Kant, então, além da notória impossibilidade de conhecer as coisas em si mesmas com relação ao *eu* enquanto função do pensamento, não se alcança a determinação própria dos fenômenos, pois só se reconhece ao *eu* o mero estatuto de sujeito transcendental, isto é, de condição de síntese de todos os atos de síntese do entendimento. Diferentemente do que temos em Descartes que, além de um conhecimento necessário do *eu* enquanto objeto legítimo de conhecimento, temos, para além de um ato do entendimento, uma substância no sentido mais puro do conceito.

Neste sentido, Longuenesse alerta-nos, primeiramente, que Kant aprova, por certo, algumas posições de Descartes com relação ao *cogito*, quais sejam: (i) não se pode pensar o *eu penso* sem pensar o *eu existo*; (ii) que o *eu* do *eu penso* acenasse a uma coisa pensante. Por outro lado, Kant recusaria algumas formulações da tese cartesiana, notadamente, no que diz respeito à certeza indubitável sobre a natureza da substância pensante. Isto é, que temos certeza indubitável dessa substância e de suas propriedades como coisa pensante e distinta do corpo.

Kant opõe-se à ideia de que é mais certa a própria existência como espírito do que toda a extensão, como afirma Descartes. Isso porque, se lembrarmos do que é pressuposto pela teoria kantiana, a saber, a tentativa de compreender a natureza do conhecimento humano e o funcionamento da razão, e garantir a possibilidade de conhecimentos sintéticos *a priori*. Kant propõe uma mudança de perspectiva em que coloca o sujeito do conhecimento como regente de todo conhecimento. No desenrolar dessa teorização, Kant postula as condições de toda experiência que pretenda se converter em conhecimento e, no que diz respeito aos objetos do conhecimento, esses só são possíveis segundo as condições de possibilidade da experiência que são as noções de espaço e tempo. Isto é, todo e qualquer objeto do conhecimento deve dar-se no espaço e no tempo. Segundo Kant, não é possível considerar de maneira certa o conhecimento do que não seja dado espaço-temporalmente, ou seja, não conhecemos – no sentido mais forte do termo – aquilo que não é dado à intuição sensível.

Em Kant, por conseguinte, ao afirmar-se a existência do espírito estamos recorrendo àquilo que a razão pode pensar enquanto existente, mas de maneira nenhuma é possível conhecer tal objeto e, por outro turno, a extensão trata-se de um objeto legítimo do conhecimento, na medida em que esta é dada ao sujeito do conhecimento segundo as condições de espaço e tempo. Distintamente do que considera Kant, no registro cartesiano trata-se exatamente de conhecer a substância pensante, conhecer de maneira certa e indubitável, podendo inclusive, determinar sua natureza.

Outro ponto de atrito é a ideia de intuição, pois Kant afirma que o “eu penso” é um pensar e não um intuir”, enquanto para Descartes, como visto, o *eu penso* apresenta-se como uma intuição legítima e necessária para a reconstrução do conhecimento em bases sólidas. É importante ressaltar, rapidamente, qual a concepção de intuição em ambos os autores.

No que diz respeito à intuição cartesiana, toda intuição é intelectual e, neste sentido, a intuição corresponde a um conhecimento imediato. O conceito apresenta-se claro e evidente ao olhar do sujeito pensante. O *eu penso* cartesiano, como princípio de sua filosofia, deve corresponder a uma intuição, dadas às características instituídas por Descartes para um princípio.

Por outro lado, a intuição em Kant, embora continue indicando uma relação imediata entre sujeito e objeto, refere-se à receptividade à qual o sujeito é submetido, ocorrendo pela sensibilidade e por suas formas puras *a priori* de tempo e espaço. Neste sentido, em Kant, uma intuição não se refere à atividade do sujeito, tampouco à sua atividade intelectual, pois uma intuição, para esse autor, é sempre sensível, o que distancia em larga medida esses dois projetos modernos – a filosofia cartesiana e a kantiana.

Essas e outras questões alimentam os paralelos e os debates em torno desses dois marcos da filosofia moderna e, por vezes, peca-se pelo olhar ingênuo para as formulações que, antes de comparadas, devem ser compreendidas de dentro de suas casas, para só em seguida serem contextualizadas na História da Filosofia. Ousamos, porém, retomar algumas hipóteses que consideramos necessárias para a ampliação e o aprofundamento do debate sobre o *eu penso* nestes dois registros modernos. Isto é, antes de considerar as distinções, estamos tratando de dois princípios que se instauram, de maneiras distintas, porém guardando certas similitudes. E, por tratarem-se de princípios presentes em um mesmo momento da História da Filosofia, merece toda a atenção, estando longe, assim, de se esgotar a especulação sobre tal relação.

Referências

- DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. Trad: de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. Coleção Os Pensadores. 1. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1973.
- _____. *Regras Para a Direção do Espírito*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1985.
- LANDIM FILHO, R. Do eu penso cartesiano ao eu penso kantiano. In: LANDIM FILHO, R. *Questões disputadas de metafísica e de crítica do conhecimento*. São Paulo: Discurso Editorial, 2009.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. M. Pinto dos Santos e A. Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- LONGUENESSE, B. Kant's 'I think' versus Descartes's 'I am a thing that thinks'. In: GARBER, D; LONGUENESSE, B. (Org.). *Kant and the Early Moderns*, Princeton: Princeton University Press, 2008. p. 9-31.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.